Docusign Envelope ID: C82C1C4B-2DA9-453B-8D1A-A288708A1282

ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e societárias, a Administração da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo" ou "Sociedade") tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente. No primeiro semestre de 2025 a Alelo, seguindo seu planejamento estratégico, apresentou crescimento do volume movimentado, entregou novos produtos e serviços e continuou buscando aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes. A Alelo registrou lucro líquido de R$ 256,4 milhões, patrimônio líquido de R$ 1,1 bilhão e ativos totais de R$ 7,9 bilhões. Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Para o segundo semestre, a Alelo realizará as ações e projetos que continuarão fortalecendo seus negócios principais, bem como realizará investimentos estratégicos, com constante foco na melhoria contínua da experiência e satisfação dos nossos clientes. Dessa maneira, a Alelo seguirá focada em proporcionar flexibilidade aos empregadores, portadores e estabelecimentos comerciais em suas soluções de benefícios, bem como inovar na cadeia de mobilidade através da solução Veloe. Registramos os agradecimentos da Administração aos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 25 de agosto de 2025
A Administração

Balanço patrimonial em 30 de junho 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2025	Passivo	Nota	30/06/2025
Caixa e equivalentes de caixa		**23.705**	**Passivos financeiros**		**5.818.708**
Disponibilidades	4	16.352	Contas de pagamento pré-pagas	12	5.818.708
Aplicações financeiras	4	7.353	**Passivos fiscais**		**81.546**
Instrumentos financeiros		**6.126.185**	Passivos tributários correntes	16.f.2	72.381
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.150.604	Obrigações fiscais diferidas	16.c	9.165
Títulos e valores mobiliários	6	3.140.855	**Provisão para contingências**	13	**110.248**
Valores a receber	7	851.026	**Outros passivos**	14	**729.102**
(–) Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	7	(16.300)	**Patrimônio líquido**		**1.125.634**
Outros ativos	8	**831.159**	Capital social	15.1	472.414
Outros valores e bens	9	**105.516**	Reserva legal	15.2	94.483
Ativos fiscais		**169.369**	Reserva de expansão	15.4	313.956
Ativos tributários correntes	16.f.1	34.387	Reserva de retenção de lucros	15.3	244.781
Ativos fiscais diferidos	16.c	134.982			
Imobilizado de uso	10	**48.301**			
Intangível	11	**1.258.495**			
Depreciações e amortizações	10/11	**(697.492)**			
Total do ativo		**7.865.238**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**7.865.238**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de expansão	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**472.414**	**94.483**	**144.561**	**184.208**	**–**	**895.666**
Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023 em 01/01/2025 (a)		–	–	–	–	(11.640)	(11.640)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**472.414**	**94.483**	**144.561**	**184.208**	**(11.640)**	**884.026**
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	256.421	256.421
Constituição reserva de expansão	15.3 e 15.4	–	–	(144.561)	144.561	–	–
Dividendos não distribuídos	15.5	–	–	–	48.187	–	48.187
Dividendos intermediários	15.5	–	–	–	(63.000)	–	(63.000)
Destinações:							
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.3	–	–	244.781	–	(244.781)	–
Saldos em 30 de junho de 2025		**472.414**	**94.483**	**244.781**	**313.956**	**–**	**1.125.634**

a) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023 que trouxe impacto referente a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, representado por uma despesa no montante de R$ 11.640, líquido de impostos em contrapartida da conta de Lucros/(Prejuízos) acumulados no Patrimônio líquido, em 01 de janeiro de 2025.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2025
Receita operacional bruta	19	**1.488.793**
Resultado de receita com estabelecimentos comerciais e adquirência		1.194.252
Receita oriunda de emissão de cartões e portadores		270.477
Comissão por intermediação de negócios		24.064
Despesa com intermediação financeira	20	**(446.443)**
Receita operacional líquida		**1.042.350**
Receitas de intermediação financeira		**275.841**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.3	72.704
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.3	203.137
Outras receitas (despesas) operacionais		**(924.448)**
Despesas com pessoal	21	(209.732)
Despesas administrativas	22	(389.505)
Depreciação e amortização	10/11	(89.338)
Despesas tributárias	23	(173.604)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	24	(23.792)
Outras receitas operacionais	25	65.502
Outras despesas operacionais	26	(103.979)
(Provisões)/Reversões		**213**
Reversão sobre valores a receber		4.401
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(4.188)
Resultado operacional		**393.956**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**393.956**
Imposto de renda e contribuição social	16	**(135.855)**
Correntes	16.b	(145.478)
Diferidos	16.b	9.623
Participação nos lucros		**(1.680)**
Lucro líquido do semestre		**256.421**
Número de ações (Mil)		**2.000**
Lucro líquido do semestre por ação (em R$)		**128,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	**256.421**
Outros resultados abrangentes	–
Resultado abrangente total	**256.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestre findo em 30 de junho 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre		**256.421**
Depreciações e amortizações		89.338
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(4.401)
Programa de incentivo a venda		(4.847)
Provisão para contingências		5.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(9.623)
Rendimentos com títulos e valores mobiliários	6.3	203.137
Rendimentos com aplicações interfinanceiras de liquidez	5.3	72.704
Resultado líquido ajustado		**608.493**
(Aumento)/Redução nas variações em ativos		**(248.696)**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(403.376)
Títulos e valores mobiliários		163.886
Valores a receber		48.938
Outros ativos		(79.630)
Outros valores e bens		10.427
Impostos e contribuições a compensar		11.059
(Redução)/Aumento nas variações em passivos		**(814.826)**
Contas de pagamento pré-pagas		(447.497)
Passivos tributários correntes		102.706
Impostos pagos		(92.976)
Pagamento de contingência		(1.576)
Outros passivos		(375.483)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(455.029)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao intangível	11	(92.025)
Adições ao imobilizado	10	(685)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		**(92.710)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	15.5	(63.000)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		**(63.000)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(610.739)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		634.444
Saldo final	4	23.705
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(610.739)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A. ("EloH"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.. A Sociedade tem sua sede social na Alameda Xingu, nº 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores referentes aos benefícios de alimentação e refeição, mobilidade urbana através de meios eletrônicos, tais como: tarja magnética, *smart cards* e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; e a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via *"tag"* e plataforma de pedidos.

Em 27 de março de 2024, a Alelo recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60 de 27/03/2024, Seção 3, página 165. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Bacen.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Resolução BCB nº 2/2020, diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para contabilização das operações, foram utilizadas as normas do Banco Central do Brasil ("Bacen"), do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas do semestre findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade considerou os normativos aplicáveis emitidos pelo CPC e recepcionados pelo Bacen.

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas, utilizando a faculdade do artigo 102º da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, emitida pelo Bacen, que dispensa a apresentação comparativa das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 em relação aos períodos anteriores.

Com base na Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2025.

2.2. Adoção inicial de prática contábil

I - Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento dos juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

II - Resolução BCB nº 397/2024

Complementa a Resolução BCB nº 352/2023, incluindo detalhes sobre os procecimentos para a definição de fluxo de caixa de ativo financeiro (somente pagamento de principal e juros (SPPJ)), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, detalhamento na consituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e ajuste nos requisitos de evidenciação.

2.3. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

I - Resoluções BCB nº 92/2021, nº 367/2024, nº 390/2024

Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, com vigências em 1º de janeiro de 2025 e em 1º de janeiro de 2030.

2.4. Normas emitidas sem impactos nas demonstrações financeiras

I - Resolução BCB nº 178/2022

Em 01 de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referida Resolução não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade, visto que não houve operações de arrendamento mercantil no semestre findo em 30 de junho de 2025.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiro ou não), receitas, despesas e outras transações. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

• Valor justo dos instrumentos financeiros: é determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas (e/ou não observáveis, determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela Administração da Sociedade). Vide notas explicativas nº 4, nº 5 e nº 6;

• Cálculo da provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento: a metodologia de apuração da provisão consiste na atribuição de percentuais de provisões, conforme faixas de atrasos das operações. Vide nota explicativa nº 7;

• Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Vide nota explicativa nº 16;

• Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 13.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

3. 1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações financeiras que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. Esses recursos são utilizados pela Alelo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado a saldo de conta pré-paga ou outros fins.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Sociedade se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 352/2023, a partir de 1º de janeiro de 2025, a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é determinada pelo modelo de negócios nos quais os ativos financeiros são gerenciados, com base na gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, dos fluxos de caixas futuros contratualmente previstos e outros.

A Sociedade avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

• Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática, incluindo, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, a manutenção de um perfil específico de taxa de juros, e o alinhamento da duração dos ativos;

• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;

• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;

• Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos administrados ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;

• A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. No entanto, as informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral do objetivo definido pela Sociedade para administrar os ativos financeiros.

Além disso, a Sociedade realiza o teste denominado Somente Pagamento de Principal e Juros - SPPJ. Este evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Como resultado pela adoção do modelo de negócio e o resultado do teste SPPJ a Sociedade passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

• Custo amortizado;
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e
• Valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando estão em um modelo de negócio cujo objetivo é coletar fluxos de caixas contratuais e estes representam apenas pagamentos de principal e juros. Enquadram-se nessa classificação os valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes e alguns instrumentos financeiros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda. Os gastos incorridos que não possam ser apurados e controlados individualmente, são reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

A classificação como custo amortizado depende do atendimento ao teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos. Além disso, seus fluxos de caixa contratuais são representados apenas pelos pagamentos de principal e juros.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas associadas ao risco de crédito, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. A Sociedade realiza o ajuste necessário para manter o instrumento financeiro ao valor justo. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cuja intenção primária da Sociedade é de negociá-los frequentemente.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

b) Passivos financeiros

Nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, os passivos financeiros devem ser classificados ao custo amortizado, portanto depósitos, contas de clientes, títulos de dívida emitidos, empréstimos subordinados e passivos financeiros derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo líquido dos custos de transação na data de negociação. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

c) Taxa de juros

Taxa de juros efetiva equivale a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor bruto.

A Sociedade realizou o estudo para relevância dos custos diretamente atribuídos e não foi identificado relevância normativa destes custos, conforme § 3º, art. 73 da Resolução BCB nº 352/2023, a taxa de juros efetiva é igual a taxa contratual.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

A Sociedade pode realizar operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. A Sociedade não realizou operações de transferências de ativos durante o primeiro semestre de 2025.

Em operações nas quais a sociedade não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposta a alterações no valor do ativo transferido. As receitas e despesas são registradas de forma diferida pelo prazo da operação.

Passivos financeiros

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

3.3. Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 27/08/2025 | 22:28:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: C82C1C4B-2DA9-453B-8D1A-A288708A1282

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Semestre findo em 30 de junho de 2025 da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Valores a receber

São representados por contratos a receber de clientes, referentes a transações de pagamento pós-pagas. As perdas são apuradas por contrato, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023.

3.5. Modelos de apuração de perdas esperadas

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitos e critérios para a apuração de perdas esperadas das Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Sociedade se enquadra na abordagem de Metodologia Simplificada, de acordo com os critérios descritos no Art. 50 da referida Resolução.

Os ativos financeiros são classificados nas carteiras C2 e C5, nos termos do Art. 81 da Resolução BCB nº 352/2023.

A Sociedade possui documentação, processos e procedimentos acerca da caracterização e descaracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito de acordo com as diretrizes da Resolução supracitada, nos termos do Art. 3º.

Os níveis de provisão são aplicados de acordo com os percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/2023, e considera provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos, e provisão para perda esperada. Adicionalmente, em atendimento ao Art. 78, a Sociedade constitui provisão complementar à provisão para perdas incorridas.

3.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistemas de comunicação	5 anos
Sistemas de processamento de dados	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

3.7. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis dos ativos são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - desenvolvimentos internos	5 anos
Software e licenças	5 anos
Marcas e patentes	10 anos
Carteira de clientes	5 anos
Ágio - rentabilidade futura	5 anos

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado, for menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.9. Ágio *(goodwill)*

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

• O valor da contraprestação transferida;

• O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida, mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;

• Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

3.10. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil no exercício, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i. Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

ii. Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

3.11. Contas de pagamento pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando as obrigações até a data do balanço, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

3.12. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 9/2020.

• **Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos contingentes:** são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.13. Outros ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº 120/2021 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as sociedades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de cinco etapas para o reconhecimento, conforme descrito a seguir:

• Identificar o contrato com o cliente;

• Identificar as obrigações de desempenho no contrato;

• Determinar o preço das transações;

• Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e

• Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços.

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

• **Receita adquirente**

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas. Estas, são cobradas e descontadas no momento do reconhecimento das compras e creditadas ao estabelecimento, configurando a formação da agenda.

• **Receita emissor**

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e o reconhecimento é realizado por competência.

• **Receita de comissão de vendas**

Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é realizado por competência.

3.15. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34, reitera para as instituições de pagamento a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.16. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data- base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades	**16.352**
Em moeda nacional	11.394
Em moeda estrangeira (a)	4.958
Aplicações financeiras com liquidez imediata	**7.353**
Instrumentos financeiros equivalentes de caixa	7.353
Total	**23.705**

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de referência "PTAX" de venda do último dia do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil.

4.1. Instrumentos financeiros equivalentes a caixa

Os instrumentos financeiros equivalentes de caixa são aplicações em fundos de investimento em renda fixa de alta liquidez.

A classificação por categoria e vencimento dos instrumentos financeiros equivalentes de caixa em 30 de junho de 2025, era composto por:

	Nível	Sem vencimento	Contábil	30/06/2025 Valor justo
Valor justo no resultado				
Títulos privados				
Cotas de fundos de investimento renda fixa	Nível 2	7.353	7.353	7.353
Total		**7.353**	**7.353**	**7.353**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

5.1. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2025 a Alelo possuía carteira de aplicações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, indexadas ao DI, negociadas pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco Bradesco S.A.

	30/06/2025
Valor justo no resultado	
Compromissadas com lastro em LFT (a)	1.599.984
Compromissadas com lastro em LTN (b)	363.831
Compromissadas com lastro em NTN (a)	186.789
Total	**2.150.604**

(a) Compromissada emitida pelo Banco do Brasil S.A.

(b) Compromissada emitida pelo Banco Bradesco S.A.

5.2. Classificação por categoria e vencimento

	Nível	Até 30 dias	Contábil	30/06/2025 Valor justo
Valor justo no resultado				
Compromissadas com lastro em LFT	Nível 2	1.599.984	1.599.984	1.599.984
Compromissadas com lastro em LTN	Nível 2	363.831	363.831	363.831
Compromissadas com lastro em NTN	Nível 2	186.789	186.789	186.789
Total		**2.150.604**	**2.150.604**	**2.150.604**

5.3. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	72.704
Total	**72.704**

6. Títulos e valores mobiliários

6.1. Composição dos títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2025 a composição de títulos e valores mobiliários, é conforme segue:

	30/06/2025
Valor justo no resultado	
Letras financeiras do tesouro - LFT (a)	3.140.855
Total	**3.140.855**
Circulante	3.140.855
Não circulante	–

(a) Em 30 de junho de 2025 a Alelo possuía carteira de aplicações em títulos públicos federais, correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, indexadas ao DI, negociadas pelo Banco do Brasil S.A.

6.2. Classificação por categoria e vencimento

	Nível	Até 90 dias	Contábil	30/06/2025 Valor justo
Carteira própria				
Letras financeiras do tesouro - LFT	Nível 1	3.140.855	3.140.855	3.140.855
Total		**3.140.855**	**3.140.855**	**3.140.855**

6.3. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Rendas com títulos e valores mobiliários	203.137
Total	**203.137**

7. Valores a receber

	30/06/2025
Custo amortizado	
Contas a receber clientes (a)	848.807
Partes relacionadas (nota 17)	2.219
(–) Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	(16.300)
Total	**834.726**
Circulante	834.726
Não circulante	–

(a) Refere-se substancialmente a valores a receber relativos a contas de pagamentos.

A provisão de perda esperada de clientes da Sociedade são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Sociedade dispõe de políticas internas e instrumentos contratuais para a mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de *"default"*.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	30/06/2025
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**(3.064)**
Impacto bruto referente a adoção da Resolução BCB nº 352/2023 (a)	(17.637)
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025 (conforme Resolução BCB nº 352/2023)	**(20.701)**
Acréscimos	(1.767)
Reversão	4.812
Baixas	1.356
Saldo final em 30 de junho de 2025	**(16.300)**

(a) Impactos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023, registrados em contrapartida no patrimônio líquido no montante líquido de impostos de R$ 11.640 (impostos R$ 5.997), em 01 de janeiro de 2025.

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados ao Contas a receber de clientes e ao Contas a receber de partes relacionadas.

Na data de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade apurou contratos em inadimplência com vencimentos acima de 60 (sessenta) dias no montante total de R$ 4.457 que corresponde a um índice de aproximadamente 0,52% de toda a carteira a receber de clientes.

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões calculadas:

Prazo de vencimento	Valores a receber	% em relação a valores a receber	30/06/2025 Provisão para perda esperada
1 a 30 dias	845.310	1,73%	14.662
31 a 60 dias	2.238	10,09%	226
61 a 90 dias	1.862	21,67%	403
91 a 180 dias	1.021	47,12%	481
181 a 360 dias	595	88,58%	528
Total	**851.026**		**16.300**

8. Outros ativos

	30/06/2025
Valores a receber sociedades ligadas (nota 17)	468.765
Títulos e créditos a receber	140.657
Adiantamento a fornecedores	133.967
Devedores por depósitos em garantia	73.810
Adiantamento e antecipações salariais	11.920
Devedores diversos	1.023
Serviços prestados a receber	1.017
Total	**831.159**
Circulante	757.349
Não circulante	73.810

9. Outros valores e bens

	30/06/2025
Despesa antecipada	98.729
Material em estoque (a)	6.787
Total	**105.516**
Circulante	103.032
Não circulante	2.484

(a) Refere-se a estoque de vale transporte.

10. Imobilizado de uso

	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2025 Líquido	01/01/2025 Líquido
Instalações	6.776	(4.192)	2.584	2.627
Móveis e equipamentos de uso	3.959	(2.435)	1.524	1.678
Sistemas de processamento de dados	16.639	(14.817)	1.822	2.395
Sistemas de comunicação	8.257	(7.246)	1.011	1.536
Outras imobilizações (a)	4.007	(2.620)	1.387	1.221
Direitos de uso sobre bens (maquinários)	8.663	(8.663)	–	–
Total	**48.301**	**(39.973)**	**8.328**	**9.457**

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Taxa anual de depreciação	Saldo inicial 01/01/2025	Aquisições	Depreciação	Saldo final 30/06/2025
Instalações	10%	2.627	289	(332)	2.584
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.678	24	(178)	1.524
Sistemas de processamento de dados	20%	2.395	–	(573)	1.822
Sistemas de comunicação	20%	1.536	–	(525)	1.011
Outras imobilizações (a)	20%	1.221	372	(206)	1.387
Total		**9.457**	**685**	**(1.814)**	**8.328**

(a) Refere-se a benfeitorias em bens de terceiros.

Não houve baixas de imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2025.

11. Intangível

	Custo	Amortização acumulada	30/06/2025 Líquido	01/01/2025 Líquido
Projetos corporativos (a)	1.142.756	(554.745)	588.011	578.869
Software e licenças	92.752	(81.876)	10.876	14.456
Ágio - rentabilidade futura	19.723	(18.884)	839	1.676
Marcas e patentes	2.002	(878)	1.124	1.222
Carteira de clientes	1.262	(1.136)	126	252
Total	**1.258.495**	**(657.519)**	**600.976**	**596.475**

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Taxa anual de amortização	Saldo inicial em 01/01/2025	Aquisições	Amortização	Saldo final em 30/06/2025
Projetos corporativos (a)	20%	578.869	92.025	(82.883)	588.011
Software e licenças	20%	14.456	–	(3.580)	10.876
Ágio - rentabilidade futura	–	1.676	–	(837)	839
Marcas e patentes	–	1.222	–	(98)	1.124
Carteira de clientes	20%	252	–	(126)	126
Total		**596.475**	**92.025**	**(87.524)**	**600.976**

(a) Desenvolvimentos de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor, e substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

Não houve baixas de intangíveis no semestre findo em 30 de junho de 2025.

12. Contas de pagamento pré-pagas

	30/06/2025
Custo amortizado	
Saldos de livre movimentação (a)	3.079.439
Saldos bloqueados (b)	2.739.269
Total	**5.818.708**
Circulante	5.818.708
Não circulante	–

(a) Obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários de cartões ainda não utilizados.

(b) Valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais e clientes PJ credenciados no arranjo de pagamentos.

13. Provisão para contingências

A Sociedade é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

Processos tributários

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a "Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias", realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	30/06/2025
Fiscais	97.887
Trabalhistas	10.072
Cíveis	2.289
Total	**110.248**
Circulante	12.360
Não circulante	97.888

A movimentação da provisão para o semestre findo em 30 de junho de 2025 está representada no quadro abaixo:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 01 de janeiro de 2025	**91.148**	**7.493**	**7.419**	**106.060**
Adição	6.767	3.708	4.108	14.583
Atualizações monetárias	–	400	117	517
Reversões	–	(1.529)	(7.807)	(9.336)
Pagamentos	(28)	–	(1.548)	(1.576)
Em 30 de junho de 2025	**97.887**	**10.072**	**2.289**	**110.248**

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	30/06/2025
Fiscais (a)	468.235
Trabalhistas	4.870
Cíveis	2.282
Total	**475.387**

(a) A Sociedade possui processos administrativos originados da lavratura de autos de infração relacionados a Amortização de Ágio, estimados com risco possível no valor de R$ 437.190.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 27/08/2025 | 22:28:53 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: C82C1C4B-2DA9-453B-8D1A-A288708A1282

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Semestre findo em 30 de junho de 2025 da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outros passivos

	30/06/2025
Obrigações por transações de pagamento (a)	256.648
Fornecedores	252.025
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17)	79.197
Obrigações com pessoal	45.257
Gratificações e participações a pagar	26.734
Valores a devolver a clientes	7.469
Outras despesas administrativas	61.772
Total	**729.102**
Circulante	715.812
Não circulante	13.290

(a) Refere-se a obrigações com estabelecimentos comerciais na modalidade pós-pagas.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 472.414 em 30 de junho de 2025, representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações, sendo 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 1.000.000 (um milhão) de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. Cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial nominativa, independente da classe, não terá direito a voto nas Assembleias Gerais, mas, em contrapartida, garantirá a sua titular prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio.

A composição acionária da Sociedade em 30 de junho de 2025 é a seguinte:

				30/06/2025
Acionista	**Quantidade de ações ordinárias**	**Quantidade de ações preferenciais**	**Total de ações**	**Participação %**
Elo Holding Financeira S.A.	1.000.000	1.000.000	2.000.000	100%
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**2.000.000**	**100%**

15.2. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no período em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 30 de junho de 2025 não houve constituição da reserva legal, pois a reserva encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R$ 94.483.

15.3. Reserva de retenção de lucros

Em 30 de abril de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária, os lucros não distribuídos referente ao 2º semestre de 2024 foram destinados para a reserva de expansão no montante R$ 144.561.

A Administração da Sociedade propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R$ 244.781, deduzido do impacto da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023 referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2025, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Sociedade, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

15.4. Reserva de expansão

Os lucros não distribuídos referente ao segundo semestre de 2024 no montante R$ 192.748 foram destinados para a reserva de expansão, sendo: (i) R$ 144.561 referente ao saldo de reserva de retenção de lucros, (ii) R$ 48.187 referente a dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos, conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025.

Em 26 de março de 2025 foi realizado o pagamento de dividendos intermediários consumindo um total de reserva de expansão de R$ 63.000.

15.5. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade provisionou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 48.187 referente ao lucro líquido do semestre findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram revertidos para Reserva de Expansão conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025.

Em 24 de março de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de dividendos intermediários, relativos ao lucro do primeiro semestre de 2024, no valor de R$ 63.000, cujo pagamento ocorreu em 26 de março de 2025.

16. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	**30/06/2025**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**393.956**
Participação nos lucros	(1.680)
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL)	**392.276**
Alíquota vigente	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	133.374
Efeito no cálculo dos tributos:	
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	3.116
Provisão para perdas do valor recuperável	(1.042)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.623)
Participação nos lucros - funcionários	(8.720)
Provisão para despesas administrativas	19.254
Incentivos fiscais	(823)
Outros	319
Imposto de renda e contribuição social	**135.855**
Sendo:	
Impostos correntes	145.478
Impostos diferidos	(9.623)
Despesa contabilizada	**135.855**

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	145.478
Impostos diferidos:	
Constituição/realização nos semestres sobre adições temporárias	(9.623)
Total dos impostos diferidos	**(9.623)**
Imposto de renda e contribuição social	**135.855**

(c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	**Saldo em 31/12/2024**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2025**
Provisão para contingências fiscais	30.981	2.301	–	33.282
Provisão para contingências trabalhistas	2.547	877	–	3.424
Provisão para contingências cíveis	840	–	(61)	779
Provisão *Fee* - Visa/Elo	553	–	(22)	531
Provisão de participação nos lucros	20.106	–	(8.963)	11.143
Provisão administrativa	36.000	6.647	–	42.647
Provisão para perdas do valor recuperável	1.042	–	(1.042)	–
Provisão de receitas/descontos concedidos	25.863	16.519	–	42.382
Outros valores	476	318	–	794
Total dos créditos tributários	**118.408**	**26.662**	**(10.088)**	**134.982**
Atualização depósito judicial	(8.210)	(955)	–	(9.165)
Total dos passivos diferidos	**(8.210)**	**(955)**	**–**	**(9.165)**

(d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Créditos tributários			**Débitos tributários**		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
Até 1 ano	89.839	33.229	123.068	(6.739)	(2.426)	(9.165)
Até 2 anos	1.642	592	2.234	–	–	–
Até 3 anos	1.000	360	1.360	–	–	–
Até 4 anos	6.118	2.202	8.320	–	–	–
Total	**98.599**	**36.383**	**134.982**	**(6.739)**	**(2.426)**	**(9.165)**

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 30 de junho de 2025 calculado, considerando a taxa Selic projetada para longo prazo de 10,15% em 1 ano, 12,31% em 2 anos, 10,03% em 3 anos a 5 anos respectivamente. Como taxa de desconto totalizando o montante de R$ 115.876.

Todos os créditos tributários da Alelo foram devidamente ativados.

(e) Obrigações fiscais diferidas

A Alelo possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 9.165 relativas à atualização de depósito judicial.

(f) Ativos/Passivos correntes

1. Ativos tributários correntes

	30/06/2025
Impostos e contribuições a compensar	34.387
Total	**34.387**

2. Passivos tributários correntes

	30/06/2025
Impostos e contribuições a recolher	31.426
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	22.750
Impostos e contribuições sobre salários	17.470
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	735
Total	**72.381**

17. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade, operações com partes relacionadas tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard, BB Elo Cartões Participações S.A., e Elo Participações Ltda.), acionista direto (Elo Holding Financeira S.A.) bem como empresas das quais os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: NAIP Instituição de Pagamento S.A., Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A.

			30/06/2025
	Ativo (Passivo)	**Receita (Despesa)**
Caixa e equivalentes de caixa	**23.692**	**7.852**
Banco Bradesco S.A.	16.632	9.245
Banco do Brasil S.A.	7.060	(1.394)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	**2.150.604**	**72.704**
Banco Bradesco S.A.	363.831	22.225
Banco do Brasil S.A.	1.786.773	50.479
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	**3.140.855**	**180.629**
Banco do Brasil S.A.	3.140.855	180.629
Valores a receber (nota 7)	**2.219**	**–**
Banco Bradesco S.A.	2.219	–
Outros ativos (nota 8)	**468.765**	**11.925**
Banco Bradesco S.A.	9	–
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento (a)	468.655	–
Banco Digio S.A.	90	11.925
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	11	–
Outros passivos (nota 14)	**(79.197)**	**(154.443)**
Banco Bradesco S.A.	(32.883)	(73.281)
Banco do Brasil S.A.	(31.728)	(59.061)
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	(3.004)	(16.352)
Elo Serviços S.A.	(2.924)	(5.749)
Elo Participações Ltda.	(8.656)	–
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	(2)	–

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo, processados pela Cielo S.A. - Instituição de Pagamento.

18. Remuneração pessoal-chave da administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo, conforme descrito abaixo:

	30/06/2025
Salários e benefícios de curto prazo	5.688
Bônus de longo prazo	2.388
Total	**8.076**

19. Receita operacional bruta

	30/06/2025
Receita com adquirência	1.194.252
Outros serviços relacionados a transações de pagamento	174.055
Rendas de outros serviços	87.030
Receita com comissionamento	24.064
Outros serviços diferenciados - PF	3.231
Receita com mensalidade	2.817
Outras tarifas	3.344
Total	**1.488.793**

20. Despesa com intermediação financeira

	30/06/2025
Incentivo as vendas	(337.135)
Captura e processamento	(79.837)
Central de atendimento	(42.981)
Manutenção e sustentação	(6.501)
Central de implantações clientes	(6.168)
Emissão e personalização	(2.430)
Entrega e distribuição	(2.413)
Créditos tributários (a)	41.501
Outros	(10.479)
Total	**(446.443)**

(a) Valores relativos à recuperação de impostos sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

21. Despesas com pessoal

	30/06/2025
Salários	(100.764)
Benefícios	(46.954)
Encargos sociais	(39.481)
Gratificações	(21.954)
Treinamentos	(579)
Total	**(209.732)**

22. Despesas administrativas

	30/06/2025
Serviços de terceiros	(143.724)
Despesa de *marketing*	(99.520)
Despesas com infraestrutura	(97.531)
Honorários profissionais	(21.921)
Despesas com telefonia	(5.424)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(5.229)
Despesas de seguros	(1.276)
Outras despesas administrativas	(14.880)
Total	**(389.505)**

23. Despesas tributárias

	30/06/2025
Contribuição ao COFINS	(118.089)
Impostos sobre serviços - ISS	(29.614)
Contribuição ao PIS/PASEP	(25.901)
Total	**(173.604)**

24. Despesas com serviços associados a transações de pagamento

	30/06/2025
Despesas com serviços de transações de pagamentos (a)	(23.792)
Total	**(23.792)**

(a) São registradas substancialmente despesas vinculadas ao diferimento do plástico/*tag*.

25. Outras receitas operacionais

	30/06/2025
Recuperação de perdas operacionais (a)	48.634
Receitas com atualizações	9.511
Programa de incentivo a venda	4.847
Outras rendas operacionais	2.510
Total	**65.502**

(a) Refere-se substancialmente a reversões devido ao aprimoramento de processos de controles internos da Sociedade.

26. Outras despesas operacionais

	30/06/2025
Descontos concedidos (a)	(77.681)
Perdas operacionais (b)	(24.515)
Outras	(1.783)
Total	**(103.979)**

(a) Descontos e abatimentos concedidos a clientes.

(b) Refere-se substancialmente a perdas com contestações de compras, fraudes, baixas de contas a receber para prejuízo e baixas pós revisão e aprimoramento dos processos de controles internos da Sociedade.

27. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança da Elo Participações Ltda. ("EloPar"), controladora indireta, e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora indireta "EloPar" de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Área conta com profissionais qualificados para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

O Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte, contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos. A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE *(Economic Value of Equit)*, adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (bases *points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	30/06/2025
Exposição ao risco de mercado	5.289.370
Choque 300bps | R$/MM	745
Choque 300bps | % PL	0,07%

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR *(Liquidity Coverage Ratio)*, adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizadas e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	**Total**	**Até 365 dias**	**Acima de 365 dias**
Contas de pagamento pré-pagas	5.818.708	5.818.708	–
Passivos tributários correntes	72.381	72.381	–
Obrigações fiscais diferidas	9.165	–	9.165
Provisão para contingências	110.248	12.360	97.888
Outros passivos	729.102	715.813	13.290
Total	**6.739.604**	**6.619.262**	**120.343**

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar recursos de clientes disponíveis para utilização por meio de seus instrumentos de pagamento, e formação de agenda para liquidação em aproximadamente 20 (vinte) dias para os estabelecimentos, todos os valores são considerados disponíveis para uso, ou seja, com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Risco operacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar", controladora da Sociedade.

Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital e a reputação da Alelo estejam compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

A Sociedade mantém patrimônio mínimo requerido, em valor superior ao requerimento determinado pelo Bacen (12% em 30/06/2025, nos termos da regulamentação vigente), destinado a cobrir os riscos nas operações de Instituição de Pagamento. O demonstrativo de apuração do índice de Basileia da Alelo, está demonstrado a seguir:

			30/06/2025
Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRip)			**699.791**
Ativos Ponderados pelo Risco para Instituição de Pagamento (RWAip)			**3.492.582**
RWA	SP	Serviços de pagamento prestados	2.113.354
RWA	RCSimp	Exposições ao risco de crédito	1.368.898
RWA	CAMSimp	Exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial	10.330
Índice de Basileia (a)			***20,04%***

(a) Contempla o índice da empresa líder do Conglomerado Alelo e sua participante NAIP Instituição de Pagamento S.A.

28. Resultado não recorrente

A Sociedade não apresentou resultados não recorrentes para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

29. Cobertura de seguros

A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 30 de junho de 2025 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 21.188 para danos materiais e R$ 234 para responsabilidade civil.

30. Eventos subsequentes

Transferência de Direitos e Obrigações

Em 12 de julho de 2025, as sociedades coligadas Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") e NAIP Instituição de Pagamento S.A. ("NAIP"), integrantes do Grupo Elopar, formalizaram a transferência dos direitos e obrigações relacionados à carteira de produtos Pré e Pós Pagos, regulados pelo Banco Central do Brasil.

Nos termos do instrumento firmado entre as partes, a NAIP assumirá integralmente a responsabilidade como instituição de pagamento pelos referidos produtos regulados, anteriormente ofertados pela Alelo. Esta, por sua vez, permanecerá responsável pela gestão dos produtos vinculados ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), e demais benefícios não regulados pelo Bacen.

Com vistas à preservação da qualidade e continuidade dos serviços prestados a clientes, usuários e estabelecimentos comerciais, foi estruturado um plano de transição operacional, com foco na mitigação de riscos e na observância da legislação vigente. A conclusão do processo está prevista para o mês de agosto de 2025.

Adicionalmente, as sociedades envolvidas reconhecem, que haverá uso da marca "Alelo" pela NAIP, a título gratuito e exclusivamente em relação aos Produtos Regulados, conforme condições estabelecidas entre a NAIP e a Alelo.

O evento descrito, por se tratar de um evento subsequente, não impacta diretamente os saldos contábeis do semestre encerrado, no entanto, representa uma alteração relevante na estrutura operacional e regulatória das Sociedades.

Diretoria

Esther Dalmas - Diretora

Flávio Augusto Corrêa Basilio - Diretor

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Alelo Instituição de Pagamento S.A.** - Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo" ou "Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2025, foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 27/08/2025 | 22:28:58 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: C82C1C4B-2DA9-453B-8D1A-A288708A1282

continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Gustavo Mendes Bonini
Contador - CRC 1SP296875/O-4

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 27/08/2025 | 22:29:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/